PROBLEMATA
International Journal of Philosophy

Problemata - Revista Internacional de Filosofia
v. 17. n. 2 (2026), p. 120-130 ISSN 2236-8612
doi:10.7443/problemata.v17i2.78534

A GOVERNAMENTALIDADE AVALIATIVA E A LÓGICA DE CONTROLE DO ENEM E SAEB: IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE FILOSOFIA

EVALUATIVE GOVERNMENTALITY AND THE LOGIC OF CONTROL IN THE ENEM AND SAEB: IMPLICATIONS FOR PHILOSOPHY TEACHING

Delles Duarte Lima[1]
Flávio de Carvalho[2]

Resumo:

O presente artigo analisa o papel das avaliações de larga escala nas políticas educacionais brasileiras, com foco em seus efeitos sobre o ensino de Filosofia. Parte-se da hipótese de que tais avaliações, operam como dispositivos de poder que reconfiguram a organização escolar e as práticas pedagógicas. A partir do referencial teórico de Michel Foucault, as avaliações são compreendidas como elementos de uma governamentalidade avaliativa, orientada pela condução das condutas por meio de mecanismos de controle, comparação e normalização. Em diálogo com Christian Laval, evidencia-se que essa racionalidade se articula ao neoliberalismo, que redefine a educação segundo os princípios da performance, da competitividade e da utilidade econômica. Por fim, com base em Jean Baudrillard, discute-se a produção de um simulacro de escola, no qual os indicadores deixam de representar a realidade educacional e passam a constituí-la. Conclui-se que esse processo implica a redução do ensino de Filosofia à lógica do desempenho, comprometendo sua dimensão formativa e crítica.

Palavras-chave: avaliações de larga escala; governamentalidade; racionalidade neoliberal; simulacro; ensino de Filosofia

Abstract:

This article analyzes the role of large-scale assessments in Brazilian educational policies, focusing on their effects on the teaching of Philosophy. It is based on the hypothesis that such assessments operate as apparatuses of power that reconfigure school organization and pedagogical practices. Drawing on Michel Foucault's theoretical framework, assessments are understood as elements of an evaluative governmentality, oriented toward the conduct of conduct through mechanisms of control, comparison, and normalization. In dialogue with Christian Laval, this rationality is understood as articulated with neoliberalism, which redefines education according to the principles of performance, competition, and economic utility. Finally, drawing on Jean Baudrillard, the article examines the production of a simulacrum of the school, in which indicators cease to represent educational reality and instead contribute to its constitution. It concludes that this process reduces the teaching of Philosophy to a logic of performance, compromising its formative and critical dimensions.

Keywords: large-scale assessments; governmentality; neoliberal rationality; simulacrum; Philosophy teaching

[1] Mestranda em Filosofia (PROF-FILO/UFCG). Professora de Filosofia SEE/PB na ECIT Luis Gonzaga Burity – Ingá – PB. Email: delles.lima@professor.pb.gov.br, ID ORCID: https://orcid.org/0009-0000-1930-8708

[2] Doutor em Filosofia. Professor do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Campina Grande e do PPG PROF-FILO. Campina Grande – PB – Brasil. Email: flavio.carvalho@ufcg.edu.br, Lattes: http://lattes.cnpq.br/1219291457473728

Introdução

Analisa-se, neste estudo, o papel das avaliações de larga escala, como o Saeb e o ENEM, no contexto da educação pública brasileira, problematizando os efeitos de sua centralidade na organização do trabalho pedagógico. Parte-se do reconhecimento de que tais instrumentos, concebidos oficialmente como mecanismos de diagnóstico e monitoramento da qualidade do ensino, têm produzido consequências que ultrapassam o âmbito técnico, incidindo diretamente sobre o currículo, as práticas docentes e as finalidades da educação, em especial no que se refere ao ensino de Filosofia.

Nesse contexto, o problema que orienta esta investigação consiste em compreender de que modo as avaliações de larga escala, ao se tornarem eixo estruturante das políticas educacionais, reconfiguram a escola segundo uma lógica de controle, desempenho e mensuração. As principais consequências desse processo incluem a padronização curricular, a redução do ensino à lógica dos indicadores e o esvaziamento da dimensão formativa e crítica da educação, impactando diretamente a possibilidade de realização do filosofar na escola.

A hipótese defendida é que as avaliações de larga escala operam como dispositivos de poder inseridos em uma racionalidade neoliberal, atuando na condução das condutas e na produção de uma hiper-realidade educacional orientada por indicadores. Ao priorizar resultados mensuráveis, tais dispositivos contribuem para a instrumentalização do ensino e para a transformação da escola em um espaço regulado pela lógica da performance, o que compromete particularmente o ensino de Filosofia em sua especificidade.

A contribuição deste estudo para o campo do ensino de Filosofia reside na explicitação dos condicionantes estruturais que limitam sua prática no interior da escola contemporânea, deslocando o debate para além das metodologias e abordagens didáticas. Ao evidenciar o entrelaçamento entre avaliação, poder e racionalidade neoliberal, o trabalho oferece subsídios para a construção de uma leitura crítica das políticas educacionais e para a elaboração de práticas pedagógicas que resistam à lógica instrumental dominante.

Para tanto, o texto está organizado em três momentos: inicialmente, analisa-se as avaliações de larga escala como dispositivos de poder à luz da noção de governamentalidade em Michel Foucault; em seguida, investiga-se a racionalidade neoliberal que sustenta tais dispositivos, com base nas contribuições de Christian Laval; por fim, discute-se a produção de um simulacro de escola a partir do referencial de Jean Baudrillard, evidenciando suas implicações para o ensino de Filosofia.

A centralidade das avaliações externas nas políticas educacionais contemporâneas

Avaliações de larga escala como dispositivos de poder aplicadas à educação

As escolas públicas brasileiras organizam-se sob a administração da República Federativa do Brasil, que estabelece, por meio de documentos oficiais, os marcos regulatórios para a prática educacional e pedagógica em todo o território nacional, dentre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define os conhecimentos, as competências e as habilidades que se espera que as/os

estudantes desenvolvam na Educação Básica. Esses documentos enfatizam a valorização da pluralidade de concepções educativas e a adequação curricular às especificidades das/os estudantes.

As avaliações em larga escala, por sua vez, falando de modo sumário, são instrumentos de aferição adotados pelo Estado brasileiro que são aplicados periodicamente ao maior número de estudantes possível, com o objetivo de mensurar o desempenho escolar de forma padronizada e produzir indicadores comparáveis entre escolas, redes e sistemas de ensino. Exemplos desses instrumentos incluem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e avaliações estaduais de rendimento escolar. Seus resultados são utilizados para subsidiar políticas públicas, monitorar metas educacionais e orientar práticas de gestão.

Entretanto, ao se incorporarem à rotina das escolas, esses instrumentos acabam assumindo funções que ultrapassam o campo técnico da mensuração. Sob a ótica foucaultiana[3], as avaliações em larga escala intervêm ativamente no sistema educacional, organizando e orientando condutas segundo determinadas racionalidades administrativas. Elas introduzem formas de regulação que redefinem as práticas pedagógicas e reconfiguram o cotidiano da escola para atender a padrões e metas estabelecidos externamente àquela comunidade escolar.

Diante desse cenário, é necessário delimitar o escopo da análise aqui proposta. Sob a perspectiva da governamentalidade[4] foucaultiana, este estudo discutirá como a lógica administrativa do Estado brasileiro, em seus diversos níveis, incide sobre as práticas de ensino e o modo de organização das instituições escolares. O foco, portanto, desloca-se da constituição subjetiva da/o aluna/o para o sistema, ou seja, para o conjunto de mecanismos pelos quais o Estado regula, orienta e avalia a educação pública.

Embora os processos de subjetivação[5] inerentes ao ato de governar não se esgotem na sujeição, abrindo espaços para resistência e ruptura, é fundamental reconhecer seu papel constitutivo. Segundo a leitura foucaultiana da governamentalidade, a subjetivação é um elemento fundante e inseparável do próprio ato de governar. Governar implica, invariavelmente, conduzir condutas e, por conseguinte, a formação de sujeitos que se autoconduzem segundo certas racionalidades é parte intrínseca desse processo. Embora este trabalho não se aprofunde nesse aspecto, reconhece-se que toda forma de gestão educacional, ao conduzir condutas, implica necessariamente a produção de modos de ser, agir e pensar, os quais são coerentes com as racionalidades políticas e pedagógicas que a sustentam.

---

[3] Esta referência remete à análise das relações entre poder e saber desenvolvida por Michel Foucault, especialmente em obras como *Vigiar e punir* (1975) e *Microfísica do poder* (1979), nas quais o autor discute os mecanismos disciplinares e as formas sutis de controle presentes nas instituições modernas, entre elas a escola.

[4] A noção de governamentalidade, discutida sucintamente por Michel Foucault em *Microfísica do poder* (1979) e aprofundada no curso Segurança, Território e População (ministrado no *Collège de France* em 1978) refere-se ao modo como as práticas de governo se articulam a saberes e técnicas de gestão das condutas, ultrapassando a dimensão jurídica do poder para incidir sobre os processos cotidianos de organização e controle social.

[5] Subjetivação, em Michel Foucault, designa o processo histórico de constituição do sujeito por meio de práticas, discursos e relações de poder-saber que orientam modos de pensar, agir e se reconhecer. O conceito aparece de forma sistemática na obra *História da Sexualidade*, especialmente nos volumes II (*O uso dos prazeres*) e III (*O cuidado de si*), onde o autor examina as práticas de si como formas de constituição subjetiva.

Encerrado nesse recorte conceitual, convém questionar como as racionalidades administrativas se concretizam nas práticas que estruturam o cotidiano escolar. As avaliações em larga escala exemplificam tal movimento ao difundir um modo específico de compreender o ensino e o aprendizado, no qual o conhecimento, as competências e habilidades são traduzidos em indicadores, metas e padrões de desempenho. Ao definir o que deve ser aprendido e como esse aprendizado deve ser aferido, esses instrumentos configuram um campo de normalização das práticas pedagógicas e dos próprios conteúdos escolares, que por sua vez configuram um "padrão esperado de sujeito".

É nesse contexto que se delineia o que se pode denominar racionalidade governamental[6], uma forma de pensar e administrar orientada por princípios de vigilância, comparação e correção contínua. Essa racionalidade funciona como um regime de verdade que naturaliza o controle sobre docentes e discentes, convertendo práticas pedagógicas em procedimentos de verificação e ajuste de desempenho. Em termos foucaultianos, trata-se de uma modalidade de governamentalidade, na qual o poder se exerce não por coerção direta, mas por meio da gestão das condutas e da internalização de metas.

O conceito de regime de verdade[7], central no pensamento de Foucault, não se refere à verdade como uma entidade absoluta, mas aos mecanismos e discursos que, em uma dada sociedade, fazem com que certas afirmações sejam aceitas como verdadeiras e outras, descartadas. Esse regime estabelece o que pode ser dito, quem tem autoridade para dizê-lo e como o conhecimento deve ser validado. Ao operar de forma silenciosa, ele legitima práticas e relações de poder, definindo o que é considerado normal, eficiente e desejável. No contexto da nossa discussão, um modelo de educação focado em resultados mensuráveis.

No âmbito do ensino de Filosofia, a racionalidade de controle manifesta-se, por exemplo, na tendência de privilegiar certo cânone filosófico e a organização linear da história da filosofia, em detrimento de experiências reflexivas mais abertas à diversidade de produção de pensamento filosófico. As avaliações em larga escala, com destaque para o ENEM, materializam essa lógica ao exigir que a/o estudante demonstre familiaridade com o maior número possível de autores e períodos históricos. Essa abordagem inevitavelmente reduz o processo de aprendizado à memorização de conceitos e doutrinas, transformando a riqueza da tradição filosófica em um mero inventário de informações a serem decoradas e verificadas por meio de uma avaliação objetiva.

Essa prática avaliativa entra em flagrante contradição com as próprias diretrizes da educação brasileira. A LDB, entre seus princípios, preconiza a formação da/o estudante para o exercício da cidadania e o desenvolvimento do pensamento crítico, fundamentos da "atitude filosófica". De forma ainda mais explícita, a BNCC para o Ensino Médio estabelece competências que demandam a capacidade de analisar, questionar, formular hipóteses e elaborar reflexões éticas e políticas. No entanto, ao focar na abrangência quantitativa e na padronização, o modelo de avaliação vigente tolhe o tempo e o espaço pedagógicos necessários para que a teoria se converta em reflexão crítica, questionamento e elaboração

[6] O conceito é desenvolvido na conferência "A governamentalidade", presente em Microfísica do Poder, na qual o autor analisa a formação histórica de uma arte de governar centrada na população e em mecanismos de regulação social.

[7] Aparece na conferência "Verdade e Poder", reunida em *Microfísica do Poder*, como parte da análise foucaultiana das relações entre produção de verdade e mecanismos de poder.

conceitual própria, subvertendo, na prática, a intenção declarada nos documentos oficiais.

Essa urgência imposta pela lógica avaliativa contrasta diretamente com o que Hegel denominou a "paciência do conceito" (*die Geduld des Begriffs*). Para ele, o verdadeiro trabalho do pensamento exige tempo e esforço para se demorar sobre o objeto, para acompanhar seu movimento interno e suas contradições, até que ele revele sua plena determinação. A paciência do conceito é a recusa da pressa, do resumo superficial e da apropriação externa de resultados prontos. Ao demandar um acúmulo enciclopédico e veloz, a racionalidade de controle nega a própria condição para o filosofar: a maturação lenta e trabalhosa que permite ao pensamento superar a opinião imediata e alcançar a profundidade do saber.

Dessa forma, as avaliações em larga escala reconfiguram o ensino filosófico, deslocando-o de sua dimensão formativa — o exercício do pensar — para uma dimensão de desempenho, na qual o valor da aprendizagem é medido pelo domínio formal e quantitativo de conteúdos. O que se impõe, portanto, é uma forma de ensinar e aprender ajustada à lógica das metas e dos indicadores, convertendo o trabalho docente e a experiência discente em práticas orientadas por critérios externos de eficiência. Esses dispositivos traduzem a complexidade do processo educativo em indicadores mensuráveis, como índices de aprovação, proficiência e eficiência institucional. Ao fazê-lo, instauram uma lógica em que o valor da prática pedagógica passa a ser aferido segundo sua capacidade de produzir resultados numéricos, e não pela qualidade formativa ou emancipatória do ensino.

Considerando tais condições, o conceito de governamentalidade revela-se importante para compreender as formas contemporâneas de exercício do poder na educação escolar. Governar, segundo Foucault, designa a ação de conduzir condutas, isto é, o modo pelo qual o poder se exerce não apenas pela coerção, mas pela administração estratégica da vida coletiva. Essa racionalidade opera mediante saberes, técnicas e instituições que tornam possível o governo das populações, produzindo sujeitos ajustados a determinadas finalidades. Tal compreensão é condensada na definição oferecida pelo autor:

Por esta palavra "governamentalidade", entendo o conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma muito específica, embora complexa, de poder que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (Foucault, 2008).

A partir dessa perspectiva, a escola configura-se como um dos dispositivos privilegiados da governamentalidade moderna. Longe de recorrer à imposição direta, o Estado atua por meio de mecanismos de gestão aparentemente neutros que orientam, normalizam e avaliam condutas. Entre eles, as avaliações em larga escala adquirem papel estratégico, instaurando uma racionalidade administrativa que vincula o fazer pedagógico a critérios de eficiência e comparabilidade, convertendo a experiência educativa em objeto de manipulação governamental.

Deste modo, essas avaliações, ao definirem conteúdos e critérios de mensuração, exercem função seletiva sobre o currículo escolar, privilegiando inclusive determinados saberes e práticas em detrimento de outros. Embora concebidas como instrumentos de aferição, convertem-se em instâncias de validação do conhecimento, estabelecendo quais saberes devem ser priorizados e legitimando práticas pedagógicas e administrativas alinhadas a seus parâmetros. Ao produzir verdades sobre a qualidade do ensino e o valor dos sujeitos,

consolidam-se como dispositivos de poder que organizam e dirigem o campo educativo.

Neste sentido, evidencia-se a contradição entre o discurso normativo dos marcos legais da educação brasileira[8], que proclama a valorização da diversidade pedagógica, e a prática efetiva, que a restringe. Ao impor padrões de avaliação e metas uniformizadas, os dispositivos de mensuração reduzem o espaço de experimentação docente e a adequação curricular às realidades locais, marginalizando, por exemplo, filosofias enraizadas em diferentes comunidades e tradições que interpretam diretamente o tempo e o espaço vividos pelas/os estudantes.

Essa imposição de um saber homogêneo, veiculado pelas avaliações, expressa o que Michel Foucault denomina relação saber-poder[9], segundo a qual o poder define quais formas de conhecimento são legítimas e dignas de integrar os discursos institucionais. Nesse sentido, o poder regula práticas e delimita o campo do que pode ser dito, pensado e ensinado. Assim, o conhecimento validado pelos dispositivos avaliativos passa a determinar o que pode ou não ser reconhecido como parte dos discursos acadêmicos, restringindo a pluralidade e reforçando uma hierarquia de saberes que silencia perspectivas alternativas.

Em suma, refletindo a partir da ótica foucaultiana, as avaliações em larga escala devem ser compreendidas como engrenagens importantes da governamentalidade. Sua função transcende o diagnóstico do ambiente escolar, operando como táticas que orientam condutas, delimitam horizontes e regulam a produção do saber escolar. Ao transformarem o conhecimento em objeto de cálculo e comparação, elas convertem o ato pedagógico em uma técnica para o governo da população, reafirmando o papel da escola como um espaço estratégico onde se exerce o poder de conduzir condutas. É nesse processo que o entrelaçamento entre saber e poder se manifesta como um instrumento a serviço dessa governamentalidade, moldando sutilmente o que se aprende e, fundamentalmente, como se governa e como se é governado no campo da educação.

A Racionalidade Neoliberal: Governamentalidade e Subjetivação

Na seção anterior, segundo uma análise de matriz foucaultiana, delinearam-se as avaliações de larga escala como dispositivos de poder que operam sob uma governamentalidade avaliativa, instaurando uma racionalidade de controle no cotidiano escolar. Contudo, para responder à questão "a serviço de quê" esses dispositivos são aplicados, é imperativo aprofundar a análise da racionalidade política e econômica que os sustenta. É neste ponto que a obra de Christian Laval, notadamente em "A Escola não é uma Empresa", e em seus trabalhos com Pierre Dardot sobre o neoliberalismo como norma de vida, oferece o arcabouço teórico necessário para desvelar a lógica subjacente a tais modelos avaliativos.

[8] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Matrizes das avaliações em larga escala.

[9] Saber-poder, em Michel Foucault, designa a indissociabilidade entre produção de conhecimento e exercício de poder, na qual práticas discursivas e instituições produzem saberes que, ao mesmo tempo, organizam e sustentam relações de poder. O conceito é desenvolvido em *Microfísica do Poder*, especialmente nas conferências "Verdade e Poder" e "A governamentalidade", nas quais o autor analisa a produção histórica dos regimes de verdade e das formas modernas de governo.

Laval e Dardot argumentam que o neoliberalismo não se restringe a uma política econômica de desregulamentação e privatização, mas constitui uma racionalidade de governo que se impõe como norma de vida e de conduta em todas as esferas sociais, incluindo a educação. Se Foucault nos legou a ferramenta da governamentalidade para entender a condução de condutas, Laval a atualiza, demonstrando que a forma contemporânea dessa condução é a racionalidade neoliberal.

Nessa perspectiva, a escola, historicamente concebida como um espaço de formação cívica e emancipação, é progressivamente reconfigurada à imagem da empresa. O discurso da eficiência, da performance e da competitividade, termos oriundos do léxico empresarial, passa a ser o novo regime de verdade que legitima as transformações educacionais. A avaliação em larga escala, nesse contexto, deixa de ser um mero instrumento técnico de diagnóstico e se converte em um mecanismo central para a implementação dessa racionalidade.

O neoliberalismo é, antes de tudo, uma racionalidade, ou seja, um conjunto de normas que visam organizar, e até mesmo estruturar, não apenas a ação dos governantes, mas também a conduta dos próprios governados. É a forma sob a qual se exerce a governamentalidade contemporânea. (cf. Dardot, P., & Laval, C., 2016).

A avaliação em larga escala, ao traduzir a complexidade do processo educativo em indicadores quantificáveis (proficiência, *ranking*, metas de desempenho), serve a dois propósitos interligados a serviço da racionalidade neoliberal: 1. Ajuste da oferta educacional à demanda do Mercado: As avaliações funcionam como um dispositivo de *accountability*[10] que força as instituições e os profissionais a se alinharem às exigências de um mercado de trabalho em constante mutação. O foco desloca-se do conteúdo formativo para as competências e habilidades que podem ser imediatamente capitalizadas pelo indivíduo. O conhecimento é valorizado não por seu potencial crítico ou emancipatório, mas por sua utilidade econômica 2. Produção de uma subjetividade neoliberal: O aspecto mais insidioso dessa racionalidade reside na subjetivação. A pressão por resultados e a comparação contínua (entre escolas, professores e estudantes) introduzem a lógica da concorrência generalizada no cerne da experiência escolar. A/O estudante é incentivada/o a se ver como um "capital humano" a ser maximizado, um "empreendedor de si mesmo"[11]. A avaliação, ao medir o desempenho individual de forma padronizada, naturaliza a ideia de que o sucesso ou o fracasso é uma responsabilidade estritamente pessoal, desvinculada das condições sociais e estruturais.

Essa subjetividade performática exigida pelo neoliberalismo entra em contradição direta com o que a educação, concebida em seu sentido mais profundo, deveria promover. A formação crítica e a paciência do conceito são substituídas pela urgência do resultado e pela lógica do desempenho imediato. O ato de filosofar, que demanda tempo para a reflexão e a elaboração conceitual, é tolhido

[10] O termo *accountability*, de difícil tradução direta para o português, refere-se ao princípio da responsabilização e da prestação de contas na administração pública. No campo educacional, designa políticas que vinculam o desempenho de escolas e docentes a metas e indicadores, convertendo a prática pedagógica em objeto de gestão e controle.

[11] Em Laval (2019), o "empreendedor de si mesmo" representa a forma subjetiva da governamentalidade neoliberal. Inspirado na análise foucaultiana do neoliberalismo, Laval mostra que o indivíduo passa a se autoconduzir conforme princípios de eficiência e rentabilidade, administrando a própria vida como uma empresa e submetendo-se voluntariamente à lógica da competição.

pela necessidade de acumular o maior número de informações para "performar" bem na prova padronizada.

Em suma, as avaliações de larga escala, sob a lente de Christian Laval, são a engrenagem operacional da governamentalidade neoliberal na educação. Elas são aplicadas a serviço da transformação da escola em uma quase-empresa e da produção de sujeitos adaptados à norma da concorrência e da performance. O que está em jogo, portanto, não é apenas a qualidade do ensino, mas a própria finalidade da educação pública em uma sociedade regida pela lógica do capital.

*O Simulacro de Escola: A Hiper-realidade dos Indicadores e a Instrumentalização Performativa do Ensin***o**

A análise desenvolvida nos tópicos anteriores demonstrou que as avaliações de larga escala operam como dispositivos de poder a serviço de uma racionalidade neoliberal (Laval), reconfigurando a escola para atender à lógica da performance e da concorrência. O efeito mais radical dessa instrumentalização é a criação de um simulacro de escola, onde a representação dos resultados se desvincula da realidade do processo educativo, gerando uma hiper-realidade que se impõe como a única verdade válida. Para aprofundar a compreensão dessa ruptura, o referencial de Jean Baudrillard sobre simulacro e simulação revela-se um aporte teórico importante.

Baudrillard postula que, na fase contemporânea, o signo não mais representa a realidade, mas a simula. O simulacro é a cópia que não possui original, e a hiper-realidade consiste na geração, a partir de modelos, de um real sem origem nem referência. É nesse sentido que o autor afirma que a abstração já não corresponde ao mapa, ao espelho ou ao conceito, pois a simulação deixa de remeter a um território prévio e passa a produzi-lo:

> Hoje a abstração já não é a do mapa, do duplo, do espelho ou do conceito. A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância, É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real. O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive." E agora o mapa que precede o território precessão dos simulacros - é ele que engendra o território cujos fragmentos apodrecem lentamente sobre a extensão do mapa. É o real, e não o mapa, cujos vestígios subsistem aqui e ali, nos desertos que já não são os do Império, mas o nosso, O deserto do próprio real. (Baudrillard, 1991)

No campo educacional, a escola, enquanto instituição complexa e multifacetada, é substituída por um tipo de *escola-indicador*, modelo que não reflete a realidade, mas a engendra a partir dos dados. O que se perde é a referência: a escola não é mais julgada por sua função formativa, mas por sua capacidade de se conformar ao modelo idealizado pelos indicadores.

A hiper-realidade da educação se manifesta quando a lógica da performance, imposta pela governamentalidade neoliberal, força a instituição a se dedicar à produção do "mapa" (os indicadores) em detrimento do "território" (o ensino e a aprendizagem). A escola passa a existir primariamente como um conjunto de dados que atestam sua suposta eficiência, e não como um espaço de formação humana e crítica.

Essa inversão é catalisada pela vinculação direta entre o desempenho nas avaliações e o incentivo fiscal ou a distribuição de recursos. A lógica de bonificação e *accountability* financeira, embora justificada pela busca por maior qualidade, gera

uma pressão sistêmica que culmina na instrumentalização estratégica dos indicadores.

A escola, sob a ameaça da penalização ou a promessa da recompensa, é levada a reconfigurar seu trabalho pedagógico em função da maximização dos resultados mensuráveis. Essa distorção performativa dos dados se manifesta em práticas como:

• Reengenharia Curricular para o Teste: O currículo real é subsumido ao currículo da avaliação, com a priorização de conteúdos e habilidades que garantam a elevação do índice, em detrimento da diversidade e da profundidade formativa.
• Otimização da Conduta Discente: O foco se desloca da formação do pensamento crítico para o treinamento exaustivo em técnicas de resolução de testes, visando a adequação da/o estudante ao formato exigido pelo simulacro avaliativo.
• Estratégias de Exclusão e Seleção: Em casos extremos, a pressão por resultados pode induzir a práticas que visam a seleção ou o desestímulo de estudantes com baixo desempenho potencial, de modo a preservar a média da instituição.

Os indicadores, nesse cenário, deixam de ser um reflexo neutro da realidade e se convertem em um artefato da simulação. Eles não atestam o sucesso do aprendizado, mas sim a capacidade da escola de se adequar à norma do simulacro. O resultado produzido é um dado distorcido, mas que, por ser o único validado pelo sistema, é o que define a "realidade" da escola na hiper-realidade neoliberal.

Nesse cenário, as consequências dessas três práticas para o ensino de Filosofia são particularmente severas, pois atingem diretamente sua natureza formativa e crítica. A reengenharia curricular para o teste tende a marginalizar a Filosofia ou a reduzi-la a conteúdos superficiais e instrumentalizáveis, esvaziando sua potência de problematização e de desestabilização conceitual. A otimização da conduta discente, por sua vez, inviabiliza o exercício filosófico enquanto prática reflexiva, ao substituir o tempo da dúvida, da argumentação e da elaboração conceitual por treinamentos voltados à resposta correta e imediata, em consonância com a lógica da governamentalidade descrita por Michel Foucault. Por fim, as estratégias de exclusão e seleção comprometem o caráter público e universal do ensino filosófico, ao restringir o acesso à experiência do pensar e aprofundar desigualdades cognitivas e simbólicas, reforçando a racionalidade competitiva analisada por Christian Laval. Desse modo, sob a égide do simulacro, conforme problematizado por Jean Baudrillard, o ensino de Filosofia é progressivamente capturado por uma lógica performativa que o converte em instrumento de adaptação, esvaziando sua função crítica e contribuindo para a reprodução da hiper-realidade neoliberal.

Considerações finais

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo permitiram compreender que as avaliações de larga escala, longe de se configurarem como instrumentos neutros de mensuração, operam como dispositivos de poder inseridos em uma racionalidade governamental específica. A partir da leitura de Michel Foucault, evidenciou-se que tais avaliações participam da condução das condutas no interior da escola, instituindo um regime de verdade orientado pela mensuração, comparação e controle. Em articulação com Christian Laval, demonstrou-se que essa governamentalidade assume, na contemporaneidade, a forma de uma

racionalidade neoliberal, que redefine a educação segundo os princípios da performance, da concorrência e da utilidade econômica.

Nesse contexto, a escola é progressivamente reconfigurada à imagem da empresa, e o ensino — particularmente o de Filosofia — é deslocado de sua dimensão formativa para uma lógica de desempenho. Como aprofundado a partir de Jean Baudrillard, essa transformação culmina na produção de um simulacro de escola, no qual os indicadores não mais representam a realidade educativa, mas passam a produzi-la. O predomínio da hiper-realidade dos dados implica a subordinação do processo de ensino e aprendizagem à lógica dos resultados mensuráveis, esvaziando o sentido formativo da educação e reduzindo o espaço da reflexão crítica.

Do ponto de vista teórico, este trabalho contribui para o campo do ensino de Filosofia ao articular as noções de governamentalidade, racionalidade neoliberal e simulacro como chaves interpretativas para compreender as transformações contemporâneas da escola. Tal articulação permite deslocar a análise das dificuldades do ensino filosófico de um plano meramente pedagógico para um plano político-epistemológico, evidenciando que os obstáculos à prática filosófica na escola são, em grande medida, produzidos por dispositivos estruturais que regulam o que pode ser ensinado, como deve ser ensinado e com quais finalidades.

No plano prático, as reflexões aqui apresentadas apontam para a necessidade de construção de estratégias pedagógicas que, mesmo inseridas nesse contexto, busquem tensionar a lógica performativa dominante. Para o ensino de Filosofia na educação básica, isso implica a defesa de práticas que reinstaurem o tempo da reflexão, valorizem a problematização e ampliem o acesso à experiência do pensar, resistindo à redução do ensino à lógica do treinamento para testes. Ainda que tais práticas não escapem integralmente às determinações do sistema, elas podem operar como fissuras no interior da racionalidade vigente, reabrindo possibilidades para uma formação filosófica efetivamente crítica.

Referências

BAUDRILLARD, Jean Baudrillard. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian Laval. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel Foucault. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel Foucault. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel Foucault. **Nascimento da biopolítica:** curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito.** Petrópolis: Vozes, 2002.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Brasília: INEP, s.d.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Brasília: INEP, s.d.

LAVAL, Christian Laval. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

Recebido em: 02/2026
Aprovado em: 05/2026